INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DIREITO
MESTRADO PROFISSIONAL EM DIREITO

**COMÉRCIO ILEGAL TRANSFRONTEIRIÇO: UMA ANÁLISE SOBRE A
REGULAMENTAÇÃO ADUANEIRA COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE**

Ronnie Sá Pimentel

Orientador: Prof. Dr. Vladimir Barros Aras

BRASÍLIA - DF

2025

RONNIE SÁ PIMENTEL

Código de catalogação na publicação – CIP

P644c Pimentel, Ronnie Sá

Comércio ilegal transfronteiriço: uma análise sobre a regulamentação aduaneira como estratégia de combate/ Ronnie Sá Pimentel. — Brasília: Instituto Brasileiro Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, 2025.

72 f. :

Orientador: Prof. Dr. Vladimir Barros Aras

Dissertação (Mestrado em Profissional em Direito Econômico e Desenvolvimento) — Instituto Brasileiro Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP, 2025.

1. Política aduaneira. 2. Normas internacionais. 3. Comércio ilícito transfronteiriço. I.Título

CDDir 341.5

Elaborada por Natália Bianca Mascarenhas Puricelli – CRB 1/3439

COMÉRCIO ILEGAL TRANSFRONTEIRIÇO: UMA ANÁLISE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO ADUANEIRA COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito, como exigência final para obtenção de título de Mestre em Direito Profissional do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

Orientador: Prof. Dr. Vladimir Barros Aras

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vladimir Barros Aras

Prof. Dr. Guilherme Pereira Pinheiro

Prof. Dr. Leonardo Correia Lima Macedo

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, Liziane Pimentel, e meus filhos, Ian Lucas e Caio Martin, pelo apoio e afetuosidade que revigoram a cada dia o meu caminhar.

Aos meus pais, Dalila (*in memoriam*) e Pimentel, cuja histórias me ensinaram sobre resiliência e honestidade e por terem cultivado em mim o apreço aos estudos. Em cada fruto colhido, deles me lembrarei.

Aos meus irmãos, guardiões das minhas memórias, que vibram com as minhas conquistas na mesma medida em que eu vibro com as suas.

Finalmente, ao meu orientador, Prof. Dr. Vladimir Barros Aras, pela generosidade e coerência com que me conduziu à conclusão deste trabalho. Em seu nome, agradeço aos demais professores do Programa de Mestrado Profissional em Direito do IDP, cujas lições me guiaram até aqui.

Resumo

Esta pesquisa investiga o desafio persistente de combater práticas de comércio transfronteiriço ilícito no Brasil, com foco nas questões generalizadas de contrabando e descaminho por meio das extensas fronteiras do país. O problema reside na capacidade das redes criminosas transnacionais de explorar brechas legais, impactando a estabilidade econômica e minando negócios legítimos. O estudo é relevante, pois busca fortalecer a regulamentação aduaneira brasileira por meio da integração de padrões internacionais, visando alinhar as leis nacionais com as normas globais para aprimorar a fiscalização e o cumprimento das normas. Ao abordar essas vulnerabilidades, a pesquisa busca promover práticas de comércio justo e salvaguardar os interesses econômicos do Brasil em meio à crescente competitividade internacional. Por meio de análise jurídica e consulta às partes interessadas, este estudo propõe reformas estratégicas cruciais para fortalecer os controles de fronteira e combater eficazmente a ameaça do comércio transfronteiriço ilícito.

Palavras-chave: Comércio ilícito transfronteiriço. Regulamentos aduaneiros. Contrabando e descaminho. Normas internacionais. Reforma do controle de fronteiras.

Abstract

This research investigates the persistent challenge of combating illicit trade practices in Brazil, focusing on the pervasive issues of smuggling and tax evasion across the nation's extensive borders. The problem lies in the ability of transnational crime networks to exploit legal loopholes, impacting on economic stability and undermining legitimate businesses. The study is relevant as it seeks to bolster Brazil's customs regulations by integrating international standards, aiming to align national laws with global norms to enhance enforcement and compliance. By addressing these vulnerabilities, the research strives to promote fair trade practices and safeguard Brazil's economic interests amidst growing international competitiveness. Through legal analysis and stakeholder consultation, this study proposes strategic reforms that are crucial for strengthening border controls and effectively countering the cross-border illicit trade threat.

Keywords: Cross-border illicit trade. Customs regulations. Smuggling and tax evasion. International standards. Border control reform.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACE – Acordo de Complementação Econômica;
AFC – Acordo de Facilitação do Comércio;
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
ATEC – Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica;
CIAT – Centro Interamericano de Administrações Tributárias;
CNI – Confederação Nacional da Indústria;
COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras;
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
CQR – Convenção de Quioto Revisada;
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;
FNCP – Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade
GAFI – Grupo de Ação Financeira Internacional;
GMC – Grupo Mercado Comum;
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
IDESF – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras;
LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária;
MJ – Ministério da Justiça;
MRE – Ministério das Relações Exteriores;
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico;
OEA – Operador Econômico Autorizado;
OMA – Organização Mundial das Aduanas;
OMC – Organização Mundial do Comércio;
ONU – Organização das Nações Unidas
RFB – Receita Federal do Brasil;
STF – S Superior Tribunal Federal;
STJ – Superior Tribunal de Justiça;
TRF – Tribunal Regional Federal;
UCC – Código Aduaneiro da União;
UE – União Europeia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Conclusões e considerações finais	13
REFERÊNCIAS	17
APÊNDICE A – CONSULTA EMPRESARIAL ELETRÔNICA.....	24

INTRODUÇÃO

As práticas ilegais de comércio representam um desafio complexo e multifacetado que impacta diretamente diversos aspectos da sociedade, desde a economia até a segurança e a ordem pública. Organizações criminosas transnacionais exploram o comércio ilegal, gerando bilhões de dólares em lucros ilícitos que distorcem a economia, diminuem a renda de negócios legítimos, deterioram as condições sociais e alimentam conflitos (CNI, 2024).

De acordo com o Balanço Aduaneiro do Brasil, a Receita Federal (RFB) realizou aproximadamente 18 mil operações contra práticas ilícitas na importação, apreendendo R\$ 3,8 bilhões em mercadorias ilegais no ano de 2023 (RFB, 2023). Por outra perspectiva, o mercado ilegal movimentou aproximadamente R\$ 410 bilhões, afetando a saúde pública, o meio ambiente e reduzindo significativamente a receita fiscal e as oportunidades de emprego do país (Fórum Nacional, 2022).

Dada a natureza transfronteiriça desses ilícitos, a atualização constante das leis sobre comércio internacional, aduanas e alfândegas, assim como das normas que lidam com crimes econômicos, é essencial. Igualmente importante é a capacitação contínua das autoridades encarregadas do controle e fiscalização nas fronteiras. Esses elementos são fundamentais para identificar, monitorar e inibir o surgimento de novas técnicas de práticas ilícitas. Além disso, eles facilitam a cooperação e a implementação de estratégias regulatórias aprimoradas para combater o comércio ilegal.

No Brasil, conforme observações do campo de trabalho e percepções profissionais do pesquisador, a legislação aduaneira vigente mostra-se impotente para fornecer uma resposta eficaz no combate a essas práticas, limitando o alcance e os resultados dos esforços atuais de fiscalização e controle na extensa fronteira aberta do país.

A baixa eficácia de ações isoladas no enfrentamento dos crimes transnacionais ressalta a necessidade de colaboração entre países e exige instituições sólidas e transparentes, capazes de investigar e punir sem interferência política ou corporativa. Segundo Aras (2025, p. 374), no atual estágio de globalização da criminalidade, a colaboração é amplamente reconhecida como necessária para combater esses crimes.

De outro ponto de vista, a capacidade logística no entorno das apreensões de mercadorias ilícitas também é verificada como fator limitante para maior eficácia dos controles. A capacidade de armazenamento nos pátios e a agilidade nos fluxos de entrada

e saída de veículos com mercadorias ilícitas são inferiores à capacidade de apreensão pelos órgãos de controle na maior parte das fronteiras brasileiras, como se observa, por exemplo, na região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, que, de acordo com a Receita Federal, teve a maior quantidade de veículos apreendidos nos últimos 10 anos (RFB, 2023).

Entre as diferentes perspectivas que podem ser exploradas para identificar as causas dessa limitação de controle e fiscalização, também chama a atenção o aspecto ligado à soberania dos países e o fato do Brasil, ainda, não ter implementado, de modo eficaz, a atuação integrada dos seus órgãos de controle e fiscalização, seja no âmbito interno, entre as autoridades brasileiras envolvidas, ou no âmbito externo, com os respectivos pares dos países limítrofes, conforme estudo sobre gestão coordenada de fronteira elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2022).

O problema de pesquisa que se pretende responder, portanto, diz respeito a quais aprimoramentos nas normas aduaneiras associadas ao controle e à fiscalização do comércio exterior brasileiro poderiam fortalecer e otimizar o combate ao comércio ilegal transfronteiriço.

Com um enfoque analítico sobre contrabando e descaminho, o objetivo da pesquisa é identificar possíveis melhorias que possam aumentar a eficácia da fiscalização aduaneira, fomentando o comércio lícito nas fronteiras e adaptando as regulamentações nacionais às diretrizes internacionais. A seleção do tema de pesquisa está relacionada à necessidade de uma legislação aduaneira alinhada às dinâmicas do mercado global e que fomente a conformidade e a transparência empresarial.

Embora a legislação penal e aduaneira brasileira atual forneça um *framework* para penalizar contrabando e descaminho, ainda existem lacunas que demandam atenção. Uma delas envolve a incorporação e implementação de diretrizes e dispositivos derivados de compromissos internacionais. Isso significa aprimorar o serviço aduaneiro do país em suas funções de controle do tráfego de mercadorias, tanto na fiscalização quanto na cobrança de tributos, que são bens jurídicos a serem protegidos.

A partir da identificação e análise de dispositivos, provenientes, até mesmo, de compromissos internacionais não diretamente ligados ao comércio exterior, a pesquisa pretende contribuir com uma dimensão adicional de aprimoramento da legislação aduaneira do país. Essa abordagem é estratégica para a repressão eficaz desse tipo de prática ilegal.

A pesquisa tem como objetivo geral identificar instrumentos jurídicos internacionalmente reconhecidos que possam ajudar a aprimorar a fiscalização e promover o comércio internacional justo no Brasil. De modo específico, busca desenvolver propostas para melhorar a legislação aduaneira do país, considerando as melhores práticas, os desafios identificados e os objetivos de aumentar a eficácia da fiscalização.

O que se pretende estudar nos capítulos subsequentes, portanto, é o ramo do Direito Aduaneiro na esfera do Direito Administrativo, que aborda as normas jurídicas aplicáveis aos intervenientes das operações de comércio exterior como fonte jurídica alternativa para o combate ao comércio ilegal no país – muito embora não se possa deixar de recorrer às normas pertencentes a outros ramos do Direito, tais como o Direito Tributário e o Direito Penal.

Partindo dessa premissa, conforme destacado por Freitas (2004), adentramos em um território em que o Direito Aduaneiro emerge como um conjunto de normas e princípios que regulamentam juridicamente a política aduaneira, com a intervenção pública no intercâmbio internacional de mercadorias, formando um sistema que possibilita o controle e a criação de barreiras com finalidades públicas. Esse enfoque pavimentará o caminho para uma análise mais aprofundada.

Para atingir seus objetivos e responder ao problema de pesquisa, a metodologia proposta inclui um levantamento bibliográfico, análise de diretrizes internacionais, além de entrevistas e consultas exploratórias não estruturadas. Essas interações serão feitas com especialistas em direito aduaneiro, representantes governamentais responsáveis pela regulamentação de combate ao contrabando e ao descaminho, e empresas que atuam no comércio internacional e se veem afetadas pela concorrência desleal causada por atividades ilícitas. Ao final, pretende-se fornecer um panorama das práticas correntes identificadas por meio da pesquisa descritiva que poderão inspirar ou embasar recomendações estratégicas.

A adoção dessa metodologia permitirá uma compreensão mais ampla das complexas interações entre os atores-chave envolvidos, bem como possibilitará a identificação de desafios, oportunidades e melhores práticas que podem ser fundamentais para aprimorar o sistema legal e promover políticas comerciais mais eficientes.

Nesse sentido, pretende-se fornecer subsídios para o debate e a tomada de decisão sobre a perspectiva jurídica brasileira, no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Direito, com relevância direta para alcance e a preservação dos princípios do direito

ligados ao desenvolvimento do Estado, em especial o da participação pública e o da cooperação internacional.

A pesquisa será dividida em quatro partes principais. Primeiro, o capítulo inicial abordará aspectos socioeconômicos e fornecerá uma fundamentação teórica e interdisciplinar, explorando conceitos do Direito Aduaneiro e aspectos legais e regulatórios principais relacionados às práticas ilícitas no comércio exterior. Em seguida, a pesquisa analisará diretrizes internacionais que distinguem definições legais relevantes. Depois, uma avaliação será feita considerando a perspectiva dos atores impactados por práticas ilegais de comércio. Por fim, serão apresentadas conclusões e propostas que poderão inspirar reformas legislativas, orientar políticas públicas e influenciar decisões nacionais na área do Direito Aduaneiro.

Conclusões e considerações finais

A segurança nas fronteiras e a eficiência do comércio exterior brasileiro estão condicionadas a um desenvolvimento jurídico aduaneiro, que deve equilibrar a facilitação de processos para operadores que atuam na conformidade, ao mesmo tempo em que protege o mercado nacional contra práticas ilícitas. Nessa perspectiva, destaca-se como fundamental o aprimoramento das regulações aduaneiras para enfrentar os desafios contemporâneos do comércio ilegal. Conforme observado pela pesquisa realizada, o arcabouço jurídico deve permanecer adaptável, promovendo parcerias eficazes entre o governo e o setor privado, incentivando uma troca constante de informações e a capacitação conjunta de todos os agentes envolvidos.

Os aspectos socioeconômicos do comércio ilegal transfronteiriço destacam os expressivos impactos negativos que práticas ilícitas exercem sobre a economia e a segurança nacional. Nesse sentido, o Direito Aduaneiro emerge como um pilar essencial na prevenção e combate a tais atividades, oferecendo um marco jurídico que busca assegurar a integridade das operações comerciais. Sua implementação eficaz tem o potencial de estabilizar mercados econômicos e garantir que o comércio internacional se desenvolva de forma justa, protegendo os interesses tanto nacionais quanto globais.

A análise revela que as repercussões das práticas ilícitas transnacionais vão além de perdas financeiras, afetando também a segurança e o desenvolvimento sustentável dos países. Este fenômeno influencia negativamente a base tributária, o emprego e a confiança nas instituições. Portanto, a criação de estratégias multidisciplinares e integradas, que envolvem desde a prevenção à repressão, torna-se crucial para contrapor seus efeitos e promover um ambiente econômico mais saudável e equilibrado.

Em razão disso, o Direito Aduaneiro exerce uma função central, regulando as transações entre países e oferecendo proteção contra ameaças ilícitas que têm o potencial de comprometer a estabilidade econômica. Sua relevância reside na adaptabilidade às mudanças dos mercados, bem como na coerência de suas normativas, que devem ser respeitadas e aplicadas. Um Direito Aduaneiro eficaz não só facilita o fluxo do comércio legítimo, mas também atua como guardião na defesa contra práticas ilícitas.

Os fundamentos do Direito Aduaneiro formam, por conseguinte, a base para a abordagem contra o comércio ilegal, tratando-o como um arcabouço jurídico que precisa estar constantemente alinhado às convenções internacionais e ser suficientemente flexível para incorporar novas medidas emergentes. Além disso, deve oferecer suporte para a

implementação de práticas regulatórias e de fiscalização que visam impedir operações ilícitas e suas ramificações, assegurando que as fronteiras permaneçam vigilantes e seguras.

A pesquisa sobre contrabando e descaminho no contexto da jurisdição brasileira evidencia a complexidade desses delitos na esfera aduaneira e a necessidade de integração das normativas internacionais. A partir de diretrizes claras e sólidas, é possível reforçar o combate às principais fraudes aduaneiras e melhorar a coordenação entre diferentes regulamentos internacionais e nacionais, buscando um sistema resistente a operações ilícitas. Assim, a compreensão abrangente e a aplicação eficaz das normas aduaneiras são vitais para o progresso nesta área.

Fraudes aduaneiras, como contrabando e descaminho, representam desafios multifacetados, dificultando o fluxo de comércio legítimo. Estas infrações exigem respostas jurídicas consistentes e mecanismos de controle aduaneiro apurados para deter e prevenir a entrada ilícita de bens. Estabelecer medidas de vigilância aduaneira focadas nesses tipos penais é crucial para proteger a integridade do comércio internacional e garantir a segurança nacional.

A análise do panorama jurisprudencial reitera a necessidade de uma abordagem coesa e alinhada com práticas internacionais. Os dispositivos e diretrizes internacionais aplicáveis representam um mapa regulatório importante para combater contrabando e descaminho e uma base para o desenvolvimento de políticas nacionais, promovendo a cooperação internacional e o compartilhamento de inteligência aduaneira. A implementação dessas diretrizes pode contribuir para padronizar processos de fiscalização e controle, reduzindo as oportunidades para o comércio ilegal prosperar.

Desse modo, a legislação aduaneira pode ser significativamente aprimorada através da adaptação desses compromissos e diretrizes internacionais. A pesquisa buscou jogar luz sobre alguns desses dispositivos, como os previstos na Convenção de Palermo, que incentivam a colaboração transnacional para combater o crime organizado, e sobre as normas da Convenção Contra o Tráfico Ilícito e as diretrizes do Banco Mundial e da OCDE, que oferecem abordagens para reforçar a prevenção contra comércio ilegal, promovendo transparência e conformidade. De igual modo, trouxe à tona regulamentos da União Europeia, que também estabelecem modelos que podem ser integrados às práticas nacionais, assim como sobre os acordos de cooperação aduaneira internacional, que ampliam a colaboração e a inteligência compartilhadas, tornando o combate ao comércio ilícito mais robusto e eficiente.

A perspectiva dos operadores no comércio exterior sobre as práticas aduaneiras, também foi explorada e, de igual modo, destacou a necessidade de ajustes regulatórios para enfrentar o comércio ilegal. A análise experimental com os operadores de comércio exterior brasileiro revelou *insights* sobre o combate a fraudes transfronteiriças e potenciais melhorias no sistema aduaneiro. As evidências propuseram melhores práticas que podem fortalecer o papel das aduanas em impedir ações ilícitas. A consulta proporcionou uma compreensão das percepções sobre a eficácia dos dispositivos aduaneiros e diretrizes internacionais, sugerindo a adesão a reformas regulatórias que maximizem seu potencial.

A partir desse contexto, a pesquisa chega ao Projeto de Lei Geral do Comércio Exterior, endereçada por meio do PL 4.423/2024, que surge como uma oportunidade significativa para aprimorar a legislação aduaneira e incrementar a eficiência no combate ao comércio ilegal. Estruturado para envolver controle, fiscalização e regulação, este projeto busca proporcionar um arcabouço jurídico abrangente, cuja implementação pode transformar a gestão aduaneira no Brasil, promovendo um comércio seguro, justo e eficiente, em consonância com diretrizes internacionais.

Embora essa extensão seja pretendida, a pesquisa conclui que o PL 4.423/2024 deixa de fora aspectos importantes ligados ao combate do comércio ilegal transfronteiriço. E, para cobrir esta lacuna, apresenta uma proposta de emenda elaborada como resultado da própria pesquisa, visando reforçar a estrutura regulatória aduaneira e incorporando dispositivos específicos para combater práticas ilícitas.

Com foco na promoção de tecnologias e otimização estratégica, a proposta de emenda ao PL 4.423/24 elaborada estabelece normas que ampliam a capacidade de prevenção e repressão ao comércio ilegal. A emenda sugerida conecta o Direito Aduaneiro a uma evolução voltada para enfrentar os desafios atuais, fortalecendo a proteção econômica e agilizando operações comerciais legítimas.

A partir de uma abordagem de inspeção baseada em risco, dentro de um sistema de governança robusto, a emenda estruturada como resultado da pesquisa prioriza a segurança econômica sem sobrecarregar o fluxo de comércio lícito. A implementação de tecnologias avançadas também é incorporada como ferramenta vital para otimizar a capacidade das autoridades alfandegárias, possibilitando a identificação de atividades fraudulentas com eficiência e agilidade. Além disso, destaca como essencial investir em infraestrutura de tecnologia da informação e expandir programas de conformidade, como

o Operador Econômico Autorizado (OEA), que precisam expandir seu escopo para cobrir diferentes operadores da cadeia.

A análise aponta, portanto, sobre a necessidade de um capítulo específico no PL 4.423/2024 para enfrentar diretamente práticas ilícitas, como contrabando e descaminho, que são emblemáticas do comércio ilegal. Destaca que o aprimoramento das regulações aduaneiras e das práticas governamentais requer a inclusão dessa perspectiva para enfrentar os desafios contemporâneos de comércio ilícito. A implementação de tecnologias avançadas, como *big data*, inteligência artificial e *blockchain*, é também considerada devido à sua capacidade de revolucionar a atuação das autoridades alfandegárias, otimizando inspeções para identificar atividades fraudulentas.

Além disso, a emenda proposta parte da perspectiva de que o arcabouço jurídico seja adaptativo e promova parcerias eficazes entre o governo e o setor privado, incentivando a troca de informações e a capacitação conjunta. A adoção de uma inspeção baseada em risco, por sua vez, permite a circulação mais ágil de bens legítimos, eliminando gargalos sem comprometer a segurança. Integrados em um sistema de governança, esses elementos têm o potencial de priorizar a segurança econômica sem sobrecarregar o comércio lícito.

É neste contexto que o reforço contínuo das normas jurídicas aduaneiras é apresentado como uma defesa contra o avanço das redes criminosas, promovendo um comércio seguro e próspero. A conclusão da pesquisa enfatiza essa função crítica do Direito Aduaneiro na prevenção e combate ao comércio ilegal, destacando e apresentando uma proposta estratégica sobre adoção de tecnologias modernas e planos regulatórios para uma resposta eficaz contra atividades transfronteiriças ilegais.

REFERÊNCIAS

ARAS, Vladimir. **Cooperação Penal Internacional: obrigações processuais positivas e o dever de cooperar**. Salvador: Editora Juspodivm, 2025.

BANCO MUNDIAL. **Customs modernization handbook**. 2005. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/850061468779087644/pdf/31477.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2025.

BASALDÚA, Ricardo Xavier. **Mercosur y derecho de la integración**. 2. Ed. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto Legislativo 95/2023**. Aprova o texto retificado do Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional entre os Estados Partes do Mercosul, a Bolívia, o Chile, o Equador, o Peru e a Venezuela. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2023/decretolegislativo-95-13-setembro-2023-794698-acordo-quadro-169251-pl.html>. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Art. 22, inciso VIII.

BRASIL. **Decreto nº 10.276/2020**. Promulga a Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros – Convenção de Quioto, concluída em Bruxelas, em 26 de junho de 1999. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 mar. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10276.htm. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.092/2022**. Promulga o Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre o Brasil e os Estados Unidos relacionado a Regras Comerciais e de Transparência. *Diário Oficial União*, Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11092.htm. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 154/1991**. Promulga a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 jun. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0154.htm. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.015/2004**. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 mar. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.759/2009**. Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 fev. 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.225/2010**. Promulga o Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e a Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7225.htm. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.326/2018**. Promulga o Acordo de Facilitação de Comércio, firmado em Bali, no dia 7 de dezembro de 2013. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 abr. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/decreto/d9326.htm. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.472/1988**. Altera a legislação dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 set. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del2472.htm. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848/1940**. Código Penal. Art. 334-A. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 37/1966**. Dispõe sobre o imposto de importação, consolida a legislação aduaneira e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 nov. 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0037.htm. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.850/2013**. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 ago. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112850.htm. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.709/2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 3.244/1957**. Altera a legislação do imposto de importação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 ago. 1957. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13244.htm. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 5.172/1966**. Institui o Código Tributário Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 out. 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.172%2C%20DE%2025%20DE%20OUTUBRO%20DE%201966.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Sistema%20Tribut%C3%A1rio,%C3%A0%20Uni%C3%A3o%20Estados%20e%20Munic%C3%ADpios. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.605/1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 fev. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.613/1998**. Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 mar. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19613.htm. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. **Portaria CGCSP/DPA/PF nº 15/ 2024**. Estabelece normas e procedimentos para a importação e exportação de produtos químicos sujeitos ao controle administrativo da Polícia Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 mar. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-cgcsp/dpa/pf-n-15-de-20-de-marco-de-2024-550382890>. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. **Portaria SVS/MS nº 344/1998**. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 mai. 1998. Seção 1, p. 33-46. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html. Acesso em: 24 abr. 2025.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 4.423/2024**. Estabelece normas gerais sobre o comércio exterior de mercadorias. Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), do Senado Federal. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9845023&ts=1746737145939&disposition=inline>. Acesso em: 16 abr. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). **AgRg no AREsp 1685158/SP**. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202000732376&dt_publicacao=07/08/2020. Acesso em: 28 set. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). **HC 399.109-SC**. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?aplicacao=informativo&acao=pesquisar&livre=@cnot=016785>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). **REsp 1112748/TO**, TRF 1ª Região. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=5297766&tipo_documento=documento&num_registro=200900566326&data=20090522&tipo=0&formato=PDF. Acesso em: 28 set. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). **Tema Repetitivo 157 - Tese firmada**. Disponível em: [https://processo.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/pesquisa.jsp?novaConsulta=true&tipo_pesquisa=T&cod_tema_inicial=157&cod_tema_final=157#:~:text=1.112.748%20FTO%20\(representativo,tribut%C3%A1rios%20federais%20e%20de%20descaminho](https://processo.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/pesquisa.jsp?novaConsulta=true&tipo_pesquisa=T&cod_tema_inicial=157&cod_tema_final=157#:~:text=1.112.748%20FTO%20(representativo,tribut%C3%A1rios%20federais%20e%20de%20descaminho). Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). **Tema Repetitivo nº 1218**. Disponível em:

https://processo.stj.jus.br/processo/julgamento/eletronico/documento/mediado/?documento_tipo=integra&documento_sequencial=231456189®istro_numero=202301726014&peticao_numero=&publicacao_data=20240305&formato=PDF. Acesso em: 28 set. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5567**. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5024825>. Acesso em: 28 set. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **REsp n. 84.622/MG**. Relator Ministro Vicente Cemicchiaro. Disponível em: https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-eletronica-2005_185_capQuintaTurma.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **RHC 36.819/DF**. Relator: Ministro Nelson Hungria. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur43012/false>. Acesso em: 28/10/2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Súmula Vinculante nº 24/2009**. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp?base=26&sumula=1265>. Acesso em: 28 set. 2024.

BRASIL. Tribunal Federal de Recursos (TFR). **Súmula nº 138/1995**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=s%C3%BAmula+n%C2%BA+138+do+extinto+tr>. Acesso em: 28/11/2024.

CAPES. **Portaria nº 60/ 2019**. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissionais, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília, 2019. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=884#anchor>. Acesse em: 23 abr. 2025.

CARLUCI, José Lence. **Uma introdução ao direito aduaneiro**. 2. ed. São Paulo: Ed. Aduaneiras, 2001.

CENTRO INTERAMERICANO DE ADMINISTRAÇÕES TRIBUTÁRIAS (CIAT). **El IVA que se recauda, se perdona y se pierde**. CIAT, 2017. Disponível em: <https://www.ciat.org/el-iva-que-se-recauda-se-perdona-y-se-pierde/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Combate ao comércio ilegal**: mapeamento de normas brasileiras e práticas internacionais. Brasília: CNI, 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Gestão coordenada de fronteira**: diagnóstico e recomendações da indústria para a fronteira de Uruguaiana – Brasília: CNI, 2022.

CONTRERAS, Máximo Carvajal. **Derecho Aduanero**. 15. ed. Ciudad de México: Editorial Porrúa, 2009. p. 4.

EXAME. **Brasil perde R\$ 435 bi com mercado ilícito, que inclui contrabando e pirataria.** Disponível em: <https://exame.com/economia/brasil-perde-r-435-bi-com-mercado-ilicito-que-inclui-contrabando-e-pirataria/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FÓRUM NACIONAL CONTRA A PIRATARIA E ILEGALIDADE. **Balço Anual.** São Paulo: FNCP, 2022. Disponível em: <https://fncp.org.br/areas-de-atuacao/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FREITAS, Maxsoel Bastos de. **O Direito Aduaneiro como ramo autônomo do direito.** Jus Navigandi, Teresina. 2004. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4791>. Acesso em: 16 set. 2024.

GRUPO DE AÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL (GAFI). **As Recomendações do GAFI. 2012.** Disponível em: <https://www.fatf-gafi.org/content/dam/fatf-gafi/translations/Recommendations/FATF-40-Rec-2012-Portuguese-GAFISUD.pdf.coredownload.inline.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2025.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE FRONTEIRAS (IDESF). **Contrabando e falsificação geraram R\$ 160 bilhões em prejuízos ano passado, aponta estudo.** Disponível em: <https://www.idesf.org.br/2019/03/15/contrabando-e-falsificacao-geraram-r-160-bilhoes-em-prejuizos-ano-passado-aponta-estudo/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

MAFEI, Rafael; FEFERBAUM, Marina (orgs.), **Metodologia jurídica: um roteiro prático para trabalhos de conclusão de curso.** São Paulo: Saraiva, 2013.

MAGALHÃES, Domingos de. **O Contrabando.** 1899. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518692>. Acesso em: 16 set. 2024.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEIRA, Liziane Angelotti. **Tributos sobre o Comércio Exterior.** São Paulo: Saraiva, 2012.

NAÇÕES UNIDAS, **Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas,** Viena, 1988. https://treaties.un.org/doc/Treaties/1990/11/19901111%2008-29%20AM/Ch_VI_19p.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Convenção contra o Crime Organizado Transnacional.** Nova Iorque, 2004. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-e.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável.** Johannesburgo, 2002. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/pamh/wp-content/uploads/sites/36/2013/12/decpol.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS ALFÂNDEGAS (OMA). **Convenção de Quioto Revisada**, Bruxelas, 1999. Disponível em: https://www.wcoomd.org/-/media/wco/public/global/pdf/topics/facilitation/instruments-and-tools/conventions/kyoto-convention/revised-kyoto-convention/body_gen-annex-and-specific-annexes.pdf?la=en. Acesso em: 24 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS ALFÂNDEGAS (OMA). **Guia de Desenvolvimento da Integridade**, Bruxelas, 2021. Disponível em: https://www.wcoomd.org/-/media/wco/public/pt/pdf/topics/integrity/instruments-and-tools/pt_integrity-development-guide_revisto.pdf?la=en. Acesso em: 24 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS ALFÂNDEGAS (OMA). **Introduction & Basic Principles for the WCO Data Model**, Bruxelas, 2015. Disponível em: https://www.wcoomd.org/-/media/wco/public/global/pdf/topics/facilitation/instruments-and-tools/tools/data-model/basic-principles_e.pdf?la=fr. Acesso em: 24 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). **Acordo de Facilitação de Comércio**, Bali, 2014. Disponível em: <https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=q:/WT/L/940.pdf&Open=True>. Acesso em: 24 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). iLibrary. **Ingresos tributarios y presión fiscal equivalente (PFE) en los países de ALC: 1990 y 2022**. OCDE, 2024. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/es/publications/reports/2024/05/revenue-statistics-in-latin-america-and-the-caribbean-2024_2574bf2d/ec57392c-es.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Integrity in customs: taking stock of good practices**. 2017. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2017/07/integrity-in-customs_a843d4d1/4eb8ea76-en.pdf. Acesso em: 24 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OECD). iLibrary. **Ingresos tributarios y presión fiscal equivalente (PFE) en los países de ALC: 1990 y 2021**. RATTI, Bruno. **Comércio internacional e câmbio**. 10. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB). **Acordos de Cooperação Aduaneira**. A lista completa dos acordos de cooperação aduaneira para cada país/bloco e respectivos atos normativos pode ser consultada em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/acordos-internacionais/acordos-de-cooperacao-aduaneira/acordos-de-cooperacao-aduaneira>. Acesso em: 23 set. 2024.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB). **Balanço Aduaneiro 2023**. Brasília, DF: RFB, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/aduana/balanco-aduaneiro-2023#:~:text=aproximadamente%201%2C22%25.,redu%C3%A7%C3%A3ode%20aproximadamente%2010%2C44%25>. Acesso em: 23 set. 2024.

SILVA, Aderaldo Eugênio da. **O comércio transfronteiriço brasileiro e a Receita Federal do Brasil: os desafios na fiscalização**. Bahia, 2023.

STIGLITZ, Joseph. **A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais**. São Paulo: Editora Futura, 2002.

TREVISAN, Rosaldo. **O Imposto de Importação e o Direito Aduaneiro Internacional**. São Paulo: Aduaneiras/LEX, 2017.

UNIÃO EUROPEIA (EU). **Diretiva (UE) 2017/1371**. Parlamento Europeu e do Conselho, 2017. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32017L1371>. Acesso em: 24 abr. 2025.

UNIÃO EUROPEIA (UE). **Regulamento (UE) 952/2013**. Parlamento Europeu e do Conselho, 2013. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32013R0952>. Acesso em: 24 abr. 2025.

VIEIRA, Aquiles. **Importação: práticas, rotinas e procedimentos**. São Paulo: Aduaneiras, 2006.

YIN, Robert K. **Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim**. Penso, Porto Alegre, 2016.

APÊNDICE A – CONSULTA EMPRESARIAL ELETRÔNICA

Consulta eletrônica, por amostragem não probabilística por conveniência e oportunidade, sobre a aplicação de dispositivos e compromissos internacionais nas estratégias de combate ao comércio ilegal transfronteiriço.

Objetivo: Avaliar a percepção das empresas industriais brasileiras, acessíveis e dispostas a participar, quanto à aplicação prática dos principais instrumentos e dispositivos derivados de diretrizes e compromissos internacionais para prevenção e combate às fraudes aduaneiras de contrabando e descaminho.

Seção 1: Informações Gerais

1. Setor de Atuação: _____
2. Número de Funcionários: _____
3. Sua empresa realiza operações de exportação e/ou importação?
 - Sim, exportação e importação
 - Sim, só exportação
 - Sim, só importação
 - Não atua no comércio exterior
 - Não sei

Seção 2: Percepções sobre as diretrizes internacionais e sua relação com o combate ao comércio ilegal no Brasil

4. Nos últimos 24 meses, sua empresa sofreu impactos negativos diretos ou indiretos relacionados às práticas de contrabando ou descaminho? (Múltipla escolha)
 - Sim, em função do contrabando (importação de produtos proibidos e/ou sem registro do órgão regulador)
 - Sim, em função do descaminho (importação de produto sem pagar imposto e/ou com nota com valor a menor)
 - Sim, em função de ambos (contrabando e descaminho)
 - Não, sem impactos
 - Não sei
5. Caso a sua empresa tenha sido impactada pelas práticas ilícitas nos últimos 24 meses, quais foram os impactos negativos financeiros ou operacionais relacionados a atividades de contrabando ou descaminho? (Selecione todas as opções aplicáveis)
 - Redução nas vendas de produtos similares
 - Aumento da concorrência desleal
 - Dificuldade em competir com preços de produtos ilegais
 - Perda de participação de mercado

- Impacto negativo na imagem da marca (associação indireta, etc.)
- Aumento da criminalidade ou insegurança na região de atuação
- Outros (especifique): _____
- Não houve impacto

6. Em uma escala de 0 a 5, como avalia a implementação dos seguintes dispositivos pelos órgãos de controle e fiscalização aduaneira no combate ao comércio ilegal nas fronteiras?

Sendo: 0 = Nulo | 1 = Mínimo | 2 = Parcial | 3 = Moderado | 4 = Avançado | 5 = Totalmente implementado

Dispositivo	0 = Nulo Nenhum nível de implementação	1 = Mínimo Nível de implementação inicial	2 = Parcial Baixo nível de implementação	3 = Moderado Nível de implementação moderado	4 = Avançado Nível de implementação em desenvolvimento	5 = Totalmente Implementado
Banco de dados integrados e interoperabilidade entre órgãos	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Inteligência artificial para análise preditiva de riscos	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Sistemas eletrônicos de controle de carga e mercadorias (ex.: DUIMP, DUE, CCT, RFID, GPS)	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Gerenciamento de risco no controle e fiscalização aduaneira	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Tecnologias de inspeção não intrusiva (ex.: <i>scanners</i> , raio X)	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Cooperação e coordenação entre órgãos nacionais	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Cooperação e coordenação internacional para ações conjuntas com outros países	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Intensificação da fiscalização física de cargas e veículos	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Treinamento especializado para agentes fiscais	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Adoção de modelo de dados uniforme para troca de informações aduaneiras	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Programas de conformidade e Operador Econômico Autorizado (OEA)	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Práticas de diligência ao cliente e transparência	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Cooperação do setor privado brasileiro com as autoridades regulatórias por meio de denúncias de fraudes ou indícios de fraudes	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outro. Especifique:						

Obrigado por sua participação!